

Moção

Emprego Jovem – Comissão Interministerial para combate ao desemprego jovem.

A temática do emprego, e sobretudo do Emprego Jovem diz diretamente respeito a nós estudantes, pelo que merece claramente a atenção do movimento associativo estudantil. Assistimos hoje em Portugal e na Europa à dramática subida das taxas de desemprego em especial na população jovem. Na União Europeia a vinte e sete a taxa de desemprego situa-se nos 10,1%, sendo que Portugal apresenta a terceira taxa de desemprego mais elevado com 14,8% da população desempregada.

Reconhecendo as profundas transformações económicas, sociais e demográficas das últimas décadas e os reflexos que estas têm tido na progressiva dificuldade de emancipação da população juvenil, verifica-se que, em Portugal, 35,4% dos jovens com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos estão desempregados, o que equivale a 156 mil jovens desempregados. É de referir que a percentagem apresentada se encontra muito acima da média dos 27 Estados Membros da União Europeia, sendo esta de 22,4%. Trata-se de uma problemática europeia, uma vez que a par de Portugal, Espanha, Itália, Grécia, Letónia e Lituânia são os países com taxas de desemprego mais elevadas entre os jovens.

Consideramos que se trata de uma problemática atual e real que não nos pode de forma alguma deixar indiferentes, tendo necessariamente de ser uma prioridade nacional o combate à mesma. Assim louvamos desde já os líderes europeus pelos esforços encetados com vista a promoção de políticas activas para o desenvolvimento dos índices de emprego jovem e, de forma individual Portugal pela criação de uma Comissão Interministerial para solucionar esta problemática.

Neste sentido, no passado dia 27 de Fevereiro de 2012 foi publicada pela Comissão Interministerial para a Criação de Emprego e Formação Jovem e Apoio às PME o Plano Estratégico de iniciativas à Empregabilidade Jovem e de apoio às PME. Após análise cuidada do documento, consideramos pertinente reflectir acerca de alguns aspectos, nomeadamente:

- A maior fatia de desemprego jovem situa-se entre os 25 e os 30 anos (35,2%);
- Apesar de os jovens com grau superior serem menos afectados com o desemprego, nos últimos anos a percentagem de desemprego destes jovens tem vindo a aumentar;
- O desfasamento entre competências adquiridas por meio do sistema de ensino e formação e as procuradas pelos empregadores têm frustrado milhares de jovens que investiram na sua capacitação sem daí retirarem dividendos, permanecendo afastados

do mercado laboral. Neste ponto é opinião do movimento associativo que ao nível do ensino superior é necessário adequar, na medida do possível, a oferta laboral com as competências adquiridas pelos jovens, pela adaptação dos planos de estudos. Por outro lado, deve ser assegurado que os jovens conheçam as taxas de empregabilidade de determinada área antes de investir na sua formação, pois só com dados fidedignos poderão efectuar uma escolha consciente, reduzindo-se o hiato entre a oferta e conhecimento da mesma.

- A criação do próprio emprego associado ao empreendedorismo é uma temática à qual é dada ênfase. Porém, constatamos que na formação dos jovens ao nível do ensino superior, raramente existem directrizes para o desenvolvimento de competências genéricas de gestão, administração e empreendedorismo essenciais à criação do próprio emprego, que é muitas vezes a solução para contornar o desemprego, por outro lado não é dada oportunidade aos estudantes de ainda no âmbito da sua formação terem um contacto efectivo com o mercado de trabalho. Assim, parece-nos premente a inserção de estágios curriculares em praticamente todos os planos de estudos do Ensino Superior, salvo excepções de inaplicabilidade, para que os estudantes tenham contacto com o mercado de trabalho desde logo, conhecendo-o e facilitando a sua inserção laboral.
- Consideramos também essencial a valorização de Base regional/local, sendo crucial a criação de riqueza através do empreendedorismo local, denotando-se neste aspecto o recente estabelecimento do Protocolo de Cooperação entre o Governo, o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas e a Associação Nacional dos Municípios Portugueses e o Protocolo de Cooperação entre o Governo, o Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos e a Associação Nacional dos Municípios Portugueses. Neste sentido o apoio qualificado a projectos de empreendedorismo nascentes deve ser efectuado através de uma rede de proximidade entre o poder local, as Instituições de Ensino Superior e o tecido empresarial, fomentando a identificação, em cada região, de oportunidades de negócio concretas a desenvolver na perspectiva do auto-emprego. Com base nesta mesma relação é também essencial que se testem produtos e serviços antes de os submeter ao mercado, de forma a alicerçar o sucesso de novas empresas, uma vez que atualmente grande parte das empresas encerra atividade após o primeiro ano de actividade, sendo um dos principais motivos a rejeição por parte do mercado. Reconhecendo-se que as IES que se encontram fixadas no

interior do país possuem um papel preponderante no desenvolvimento do empreendedorismo regional.

- Importa realçar que em Portugal existe um sistema de ensino superior binário, constituído por Universidades e Politécnicos. Neste sentido, consideramos que toda a estratégia deve ser holística e estar voltada para o Ensino Superior na sua globalidade e não apenas para as Universidades como se encontra explanado no documento. Não podemos ficar indiferentes perante desigualdades entre subsistemas, considerando inclusivamente que o subsistema Politécnico representa, por excelência, um exacerbado potencial no âmbito do desenvolvimento regional.

Após a análise realizada, e para além das propostas referenciadas, consideramos essencial que no futuro o movimento associativo seja ouvido acerca de todo e qualquer assunto que aos estudantes do ensino superior diga respeito, frisando-se que em temática de desemprego jovem, os estudantes do ensino superior serão, num futuro próximo, graduados e constituintes do mercado laboral. Pretendemos ainda com esta moção que o assunto não se limite ao lançamento de programas e projetos de apoio, que apesar de bem estruturados, após lançados careçam de aplicação real e atitude pró-ativa no seu desenvolvimento por parte do estado e das entidades envolvidas direta ou indiretamente.

Como sempre, o movimento associativo estará disponível para discutir este ou outro qualquer assunto que diga diretamente respeito à comunidade estudantil do país.

Évora, 18 Março 2012

Proponente: FNAEESP

Subscritores: AEISEG, AAC, AAUAAlg., AEFCT, AAUE, AEIST, AEFA-UTL, FAP, AEISA, AAUA_v, FNESPC, AAUTAD, AAUBI, AAUM, AAUA